



Agricultura familiar em duas comunidades rurais do Rio Grande do Norte

**Rônisson Thomas de Oliveira Silva¹, Celena Dantas de Medeiros², Daniely Cordeiro da Cruz³,
Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos Santos⁴, Ismael Romão dos Santos⁵ e Vanille Valério
Barbosa Pessoa Cardoso⁶**

O estudo visa descrever as condições socioeconômicas e de produção de alimentos, inclusive acesso às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, de agricultores familiares residentes na zona rural do estado do Rio Grande do Norte (RN). Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e desenho transversal realizada em duas comunidades agrícolas do município de Jaçanã – RN. Realizou-se 15 entrevistas semiestruturadas com agricultores selecionados pelo método Bola de Neve. A análise foi através de estatística descritiva e análise de conteúdo, para as informações qualitativas. Observou-se dificuldades quanto as condições de moradia, na renda e no saneamento básico. Acerca da produção agrícola, assumem práticas convencionais (uso de agrotóxicos e sementes transgênicas) e presença de atravessadores na maioria das comercializações. Verificou-se reduzido acesso e desconhecimento sobre as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, enquanto um acesso importante ao Programa Bolsa Família (PBF). O trabalho revela o contexto de vulnerabilidade dos agricultores e importante necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à população rural e condições de vida, produção e comercialização agrícola. Também reforça a importância de investigações locais que gerem diagnósticos e problematizam os territórios.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Iniquidade social; Política pública.

Agriculture in two rural communities in Rio Grande do Norte

The study aims to identify as socioeconomic and food production conditions, including access to public policies to strengthen family farming, of family farmers living in the rural area of the state of Rio Grande do Norte (RN). This is a descriptive and cross-sectional study carried out in two agricultural communities in the municipality of Jaçanã – RN. 15 semi-structured features were carried out with farmers selected by the Snow Ball method. The analysis was through descriptive statistics and content analysis, for qualitative information. Difficulties were observed regarding housing conditions, income and basic sanitation. About agricultural production, assuming conventional practices (use of pesticides and transgenic seeds) and the presence of middlemen in most commercializations. There was reduced access and lack of knowledge about policies to strengthen family farming, while an important access to the Bolsa Família Program (PBF). The work reveals the context of vulnerability of farmers and the important need to strengthen public policies aimed at the rural population and living conditions, production and agricultural marketing. It also reinforces the importance of local investigations that generate diagnoses and problematize the territories.

Keywords: Food and nutrition security; Social inequity; Public policy.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (FACISA/UFRN). Endereço para Correspondência: Rua Manoel Fernandes da Silva, 402, casa, centro, Jaçanã/RN, 59225-000. Tel.: (84) 8739-4275. E-mail: rônisson61@hotmail.com. ID ORCID: 0000-0002-9779-5043

² Graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/CES). ID ORCID: 0000-0002-3190-5596

³ Nutricionista pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/CES). ID ORCID: 0000-0002-7398-5168

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. ID ORCID: 0000-0002-1061-6496

⁵ Ex-Secretário Municipal de Agricultura de Jaçanã/RN. ID ORCID: 0000-0002-7251-3206

⁶ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). ID ORCID: 0000-0002-8933-3551

Submetido em: 27/05/2020

Aceito em: 13/04/2021

INTRODUÇÃO

A compreensão de vivência no campo e da saúde rural é dinâmica, visto que estas definições consideram o território a partir das diversas características das pessoas, e não exclusivamente pelo espaço geográfico onde os indivíduos habitam^[1]. Assim, a proposição de políticas de desenvolvimento rural deve valorizar as diversidades das dinâmicas locais dos territórios e seus aspectos identitários^[2].

É necessário minimizar a desigualdade social enquanto resultado das injustiças atreladas a características sociais que desfavorecem alguns grupos com relação à oportunidade de ser e de exercer papéis e poderes^[3], à exemplo da população rural cujas condições de vida são precárias quanto à escolaridade, insegurança alimentar, acesso aos serviços públicos, infraestrutura, lazer e caráter patriarcal das relações sociais no campo^[4,5].

Para superação destas desigualdades importa investir nas capacidades dos cidadãos rurais de fortalecer suas atividades e seus meios de vida. O conceito de capacidades perpassa a habilidade de promover o desenvolvimento das potencialidades dos seres humanos e, assim, satisfazer funcionamentos essenciais para atender os níveis básicos de qualidade de vida^[6]. Segundo Altieri^[7] esta mudança de contexto social tem o poder de frear a espiral descendente da pobreza, os salários baixos, a migração rural, a fome e a degradação ambiental.

Nesta direção, a produção de estudos sobre particularidades das condições de vida da população rural é de fundamental relevância para a compreensão das dificuldades enfrentadas, dos estilos de vida existentes e para contribuir com o fortalecimento e a melhoria de políticas públicas direcionadas para essa população.

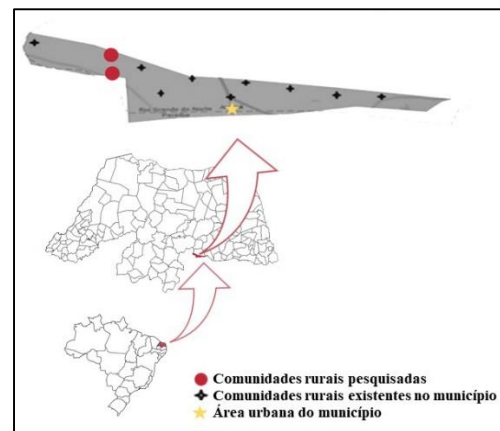
Desta forma, o presente trabalho objetiva descrever as condições socioeconômicas e de produção de alimentos, inclusive acesso às políticas públicas de

fortalecimento da agricultura familiar, de agricultores familiares residentes na zona rural do Estado do Rio Grande do Norte.

METODOLOGIA

A pesquisa aconteceu no ano de 2018, possui abordagem quali-quantitativa, caráter descritivo e delineamento transversal. A amostra envolveu agricultores familiares das comunidades rurais Boca da Mata e Serra da Lagoa, ambas localizadas no município de Jaçanã, Rio Grande do Norte (RN) tal como ilustra a Figura 1. O município fica situado em divisa com a Paraíba, localizado a 147 km da capital Natal/RN, possui uma população estimada de 9.238 habitantes e área territorial de 54,561 km².

Figura 1. Mapa ilustrativo destacando as comunidades rurais estudadas



Fonte: adaptado de Barbosa, Mariano, Chaves^[8].

Jaçanã/RN se encontra dentro do semiárido brasileiro, mais especificamente na região Trairi do estado. A área é marcada por variações climáticas associadas às ações antrópicas insustentáveis que atingem negativamente os recursos hídricos e a vegetação nativa. Os problemas ambientais e sociais decorrentes dessa situação são intensificados à medida que as condições de vida são precárias e a gestão pública pode se apresentar deficitária^[9,10].

Através das informações prestadas pela Secretaria Municipal de Agricultura (SMA), estima-se que existam em torno de 146 famílias, somando as duas comunidades estudadas, sendo 98 na comunidade Boca da Mata e 48 na Serra da Lagoa. A escolha das localidades ocorreu juntamente com a SMA, a partir de dois critérios previamente definidos: possuir associação de agricultores familiares e acessibilidade geográfica. O primeiro foi determinado pensando em uma facilidade para, após o estudo, apresentar os resultados nos territórios e o segundo diz respeito ao deslocamento para as entrevistas, tendo em vista que aconteceu por meio da própria secretaria.

Apesar do acesso viável às localidades, existe uma baixa habitação de agricultores (comparado às outras comunidades do município) e conseqüentemente, uma dificuldade na logística para encontrar as residências dos mesmos. Com isso, optou-se por utilizar a amostragem a partir do método de Bola de Neve, que não se baseia em cálculos estatísticos, mas em uma rede de amizades dos membros existentes da amostra, onde o primeiro indicado pode sugerir um ou mais participantes^[11].

Foram incluídos no estudo sujeitos de ambos os sexos que residiam e que tinham posse de terra nas localidades definidas e excluíram-se aqueles agricultores familiares aposentados e/ou que trabalhavam na zona rural e residiam na zona urbana.

Para coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado dividido em duas partes. A primeira se constituía de questões com caráter objetivo organizada em três módulos (identificação dos entrevistados; caracterização sociodemográfica; produção de alimentos). A segunda teve caráter dissertativo e era composta por um roteiro com perguntas norteadoras para apreender os aspectos subjetivos do entrevistado e onde, neste momento, as respostas dos mesmos foram registradas através de aparelho gravador de voz e permitiram compreender sobre o acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar e de transferência direta de renda (Programa Bolsa Família); produção e comercialização de alimentos para programas públicos.

A primeira entrevista foi indicada pelo secretário municipal de agricultura e as demais entrevistas seguiram a ordem do método onde o último entrevistado indicou o próximo. Com isso, foi possível

atingir um total de 15 participantes no estudo e concluiu-se, pela saturação de resultados, não prosseguir na etapa.

Os dados do presente estudo foram coletados em seis dias, sendo três dias de visita para cada uma das comunidades. A equipe de entrevistadores foi composta por dois discentes do curso de Nutrição, do Centro de Educação e Saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), os quais foram devidamente treinados e realizaram uma entrevista piloto que auxiliou na postura durante as outras entrevistas.

O tratamento dos dados objetivos aconteceu através do uso do *software SPSS for Windows* versão 13.0.0 e os dados subjetivos sofreram análise de conteúdo. Essa análise tem por objetivo conduzir descrições sistemáticas, ajudar a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados em um nível que ultrapassa uma leitura simples^[12]. Para esta etapa foram criadas categorias de análise que permitiram agrupar as respostas a partir dos objetivos expressos no trabalho.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de Campina Grande sob o CAAE 79378517.0.0000.5575, cumprindo as diretrizes e normas da Resolução nº 466/2012 onde os sujeitos assinaram previamente um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os agricultores tiveram seus nomes resguardados e foram enumerados de 1 a 15.

RESULTADOS

Para melhor compreensão dos resultados, estes serão apresentados na seguinte sequência: caracterização sociodemográfica, aspectos da produção de alimentos e acesso às políticas públicas.

Na análise da caracterização sociodemográfica observou-se que a maioria dos entrevistados era do sexo masculino (53,33%), brancos (as) (60%), casados (as) (53,33%) e possuíam ensino fundamental incompleto (80%). Com relação à moradia, residiam em casas de alvenaria acabada (100%), tinham a fossa negra/rudimentar como principal forma de esgotamento (73,3%) e queimava ou enterrava o lixo produzido (53,3%).

Ainda relacionado ao saneamento básico, percebeu-se que 73,3% dos domicílios utilizava a fossa negra como destino dos dejetos e que a água estava disponível diariamente em todos os domicílios estudados. Contudo, os sujeitos relataram a necessidade de racionalização no uso doméstico e, ao mesmo tempo, variadas fontes de água, cujas principais eram: operação pipa; buscar água em outras comunidades; poços artesianos no próprio sítio e abastecimento a partir da rede pública, respectivamente.

Acerca da produção dos alimentos de origem vegetal pôde-se notar que 14 dos agricultores (93,3%) relataram produzir feijão/fava (*Vigna unguiculata*); 12 (80%) afirmaram produzir milho (*Zea mays*), seguido de maracujá (*Passiflora edulis*), representando 9 (60%); acerola (*Malpighia emarginata*) e jerimum (*Cucurbita moschata*), ambos representando 53,3%. Outros produtos tiveram produção em menor frequência, sendo: caju (*Anacardium occidentale*) (46,6%); coco (*Cocos nucifera*) (26,6%); coentro (*Coriandrum sativum*) (20%); tomate (*Solanum lycopersicum*) (13,3%).

Ressalta-se que o feijão/fava e milho, apesar de representarem os produtos mais escolhidos, tiveram periodicidades definidas como temporárias, ou seja, sua produção depende da disponibilidade diária adequada de água ou frequente chuva, demonstrando novamente o impacto do contexto rural e os aspectos político-sociais presentes na vida dos agricultores familiares. Semelhantemente ocorre com a produção de mandioca, caju e jerimum. Nos casos de maracujá e acerola foi possível perceber que a produção ocorreu em residências com disponibilidade de água advinda dos poços artesianos, mais estáveis.

Outro resultado importante diz respeito à produção de animais nas comunidades estudadas, onde 73,33% dos agricultores entrevistados relataram criação de galinha. A obtenção de renda a partir da venda ou comercialização de produtos animais foi relatada por 60% do total dos pesquisados, sendo possível observar que as aves são mais comercializadas, seguidas dos suínos, bovinos e, em menor número, os caprinos.

Ao observar as formas de escoamento da produção, percebeu-se que 60% dos agricultores comercializavam para atravessadores e apenas 13,3% vendiam diretamente para os consumidores. Os outros não produziam para comercialização. Nesse cenário constatou-se que o “marido” ocupava o posto de

negociante em 53,3% dos domicílios, seguido de marido e mulher (13,3%) e mulher (6,7%), revelando que, apesar de existir participação da mulher nas etapas de produção de alimentos, a comercialização dos produtos se concentra nos homens.

Além desta destinação de vendas, um importante fator para compreender a segurança alimentar e nutricional (SAN) dessas famílias trata-se do autoconsumo dos alimentos produzidos na propriedade. Apenas um dos entrevistados relatou não consumir alimentos da produção.

Dentre os aspectos presentes na produção de alimentos, também é importante compreender as formas de aquisição das sementes, sendo as principais formas relatadas pelos entrevistados: a doação de órgãos públicos, a retirada dos próprios alimentos produzidos e a compra. Vale destacar que nenhum produtor, quando perguntado, soube informar o que seria uma semente transgênica. Também foi constatado que 47% dos agricultores utilizavam algum tipo de agrotóxico em suas plantações.

Com relação ao acesso dos agricultores familiares às políticas públicas de fortalecimento da agricultura, a partir da análise dos discursos foi possível investigar o acesso dos agricultores familiares às políticas de fortalecimento da agricultura familiar e suas percepções relacionadas às mesmas – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Observou-se que PRONAF foi o mais conhecido, uma vez que 8 (53,33%) dos agricultores tinham conhecimento sobre o programa, porém, somente 5 (33,33%) tinham acesso. Quanto ao PAA e o PNAE, a maioria dos produtores entrevistados (93,33%) não possuía acesso, se restringindo a apenas um agricultor a participação em cada programa e o fornecimento de alimentos para os mesmos.

A partir do contato com a realidade dos entrevistados foi possível perceber que os mesmos não possuíam clareza acerca dos programas definidos nas entrevistas e revelaram um baixo acesso às políticas. O quadro 1 expressa um recorte dos relatos onde é possível perceber aspectos que contribuíram para a interrupção de acesso aos programas e a ausência de

esclarecimentos por parte dos agricultores e a importância do acesso ao PRONAF.

Quadro 1. Opiniões dos entrevistados sobre o acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos.

Relato	Identificação
<i>“...Nesse tempo eu criava galinha, aí eu vendia os frangos né... Aí por conta da seca ficou caro demais a ração, aí deixei de criar”</i>	Entrevistado 7, sobre o PNAE
<i>“Ficou sem chover, eu colocava era coentro na época, era galinha nesse programa, tinha umas criaçõezinha de ovelha, aí o tempo seco demais e a gente não criou mais... é, eu coloquei”</i>	Entrevistado 3, sobre o PNAE.
<i>“O único programa que eu vendo é para o compra direta, é escolar também né?!”</i>	Entrevistado 4, sobre o PAA
<i>“Assim, é porque eu não tenho mais menino que estuda, vejo só falar do programa.”</i>	Entrevistado 10, sobre o PNAE

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

O que se percebe é que, quando perguntados sobre o pouco acesso ao PNAE e PAA os entrevistados relataram comumente como motivos para interrupção os fatores climáticos, como a “seca”, colocados como “justificativas”, para a ausência de produção e escoamento. Em contrapartida, sobre o programa mais conhecido (PRONAF), os agricultores tinham um

importante conhecimento e, inclusive, relatos de conquistas através do acesso ao programa, como apresentado no quadro 2 abaixo:

Quadro 2. Opiniões dos entrevistados sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Relato	Identificação
<i>“Pronto, eu tenho esse PRONAF. Tu agora falou num momento bom mesmo, eu tenho esse PRONAF e de dois em dois anos eu renovo o meu PRONAF aí é sempre como a gente vai se “rebolando”, por isso que eu... importante, a agricultura é em primeiro lugar aqui pra a gente, porque se não fosse esse PRONAF também, “armaria”, era difícil, porque a gente vai trabalhando, o banco fornece aí dá o desconto né. Aí é importante para o agricultor”</i>	Entrevistado 3
<i>“Tenho, é o que ajuda a gente, foi através do PRONAF que eu comprei essa terra”</i>	Entrevistado 9
<i>“É uma ajuda boa, porque na hora que o cara tá precisando fazer um serviço, arruma um dinheiro né e vai trabalhar”</i>	Entrevistado 1

Fonte: elaborado pelos autores

Apesar de não se tratar de um programa específico voltada à agricultura familiar, o acesso ao Programa Bolsa Família (PBF) foi investigado entendendo a contribuição do mesmo para as condições de vida das famílias e a garantia da SAN,

especialmente para residentes no contexto rural. Neste sentido, observou-se que 7 das 15 famílias de agricultores do estudo tinha acesso ao PBF.

DISCUSSÃO

A partir dos resultados que traçaram a caracterização sociodemográfica dos agricultores foi possível observar determinantes importantes para compreender o movimento da agricultura familiar nas famílias estudadas, as condições de vida e as vulnerabilidades sociais existentes.

A alta média de idade observada neste estudo reforça o que já foi observado em estudos como o de Pavan e Júnior^[13] que indicaram uma população de agricultores familiares predominantemente adulta. Segundo os autores esse cenário pode se demonstrar preocupante quanto à continuidade das atividades rurais nos municípios, tendo em vista que os jovens possuem diversas alternativas de renda no meio urbano e, muitas vezes, não retornam para o âmbito rural, enfraquecendo a sucessão da agricultura familiar.

Segundo Maia *et al*^[14] essa sucessão pode ser determinada pela ausência tanto de perspectivas sobre renda quanto pela participação dos jovens nas decisões familiares, fazendo com que a migração para a cidade acabe sendo uma das alternativas para conseguir autonomia/independências dos pais. Os autores também afirmam que a vivência desde muito cedo no campo e os estímulos dos pais são eles importantes que determinam em muitos casos a permanência ou prazer dos filhos(as) pela atividade agrícola.

Cabe ressaltar que as frágeis condições de vida que podem se intensificar por uma agenda governamental de retrocessos em políticas públicas, podem contribuir para que a família não consiga obter uma boa qualidade de vida e, conseqüentemente, também influenciar para que os jovens não se mantenham no campo.

Silva, Aquino, Costa e Nunes^[15] destacaram que essa alta média dos responsáveis que são produtores é marcante no semiárido brasileiro, porém, os autores também destacam a concentração masculina na gestão dos estabelecimentos e a precariedade do quadro educacional observado nas famílias, o que também corrobora com o presente estudo.

Foi observado que 80% dos entrevistados possuíam ensino fundamental incompleto, valor que se mostra superior aos 70,1% observados no estudo de

Luz, Siqueira, La-Rotta, Miliquin e Filho^[16] com agricultores familiares de Ibiúna (SP). Esses determinantes da baixa escolaridade associada à infraestrutura precária contribui para a reprodução de um círculo vicioso de fragilidade socioeconômica, caracterizada pelos baixos rendimentos econômicos e frágil desenvolvimento tecnológico que, quando somado aos outros aspectos, dificulta a busca dos agricultores aos meios de otimização dos sistemas de produção e, até mesmo, de acesso às políticas públicas^[15,17,18].

Um dado importante diz respeito ao acesso dos agricultores familiares pesquisados à água. Apesar de, no momento da pesquisa, existir a disponibilidade diária de água, cabe ressaltar a dificuldade para mantê-la, necessitando economizar nos gastos domiciliares e acessá-la por diversas origens, tendo destaque a Operação Pipa, como é conhecido o Programa Emergencial de Distribuição de Água Potável, do governo federal. Contatou-se que a disponibilização diária de água nas comunidades rurais não pode ser traduzida em abundância e envolve uma união de esforços governamentais, coletivos e individuais, refletindo as dificuldades do território.

Cunha^[19] aborda que, apesar dos diversos esforços governamentais nos últimos anos para facilitar o acesso das famílias rurais do semiárido à água, ainda não foi possível romper ao “paradigma da escassez”, se limitando a entender essa problemática como uma questão fundamentalmente de oferta. O que seria importante era demandar do Estado a instituição de um padrão homogêneo de cidadania hídrica no semiárido nordestino, reconectando as demandas das populações rurais num projeto civil para todos os grupos marginalizados da região e considerando, com isso, a gestão desigual do acesso à água.

A problemática da água, associada aos outros determinantes socioeconômicos e demográficos observados nas famílias dos entrevistados se reflete na produção dos alimentos, onde observou-se uma produção, predominantemente, temporária e concentrada em feijão/fava e milho, alimentos cuja produção na região ocorre, principalmente, em épocas de chuvas.

De acordo com Lima^[20], as principais culturas da região são banana, caju, manga, maracujá, mandioca, fava e feijão, mas a autora observou que a

comercialização desses produtos destinava-se aos outros municípios diferentemente dos produzidos e que não eram destinados para programas governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Dentre os aspectos da produção de alimentos observados no presente trabalho ainda se destaca a função do atravessador, considerado o principal “destino” do que é produzido nos estabelecimentos familiares.

Segundo Souza^[21] o produtor nordestino está na dependência econômica imposta pelo atravessador, sendo condicionado, à exploração. O produtor é quem paga pelos custos da produção, e devido essa situação, que ficou tão banalizada, infelizmente, muitos produtores abrem falência em função do baixo preço pago pelas mercadorias.

A presença dos atravessadores se tornou tão forte que até mesmo quando os produtores familiares acessam espaços de escoamento e se inserem em sistemas curtos de comercialização, ainda é possível encontrar esse “intermediador”. Isso pode ser notado através do estudo de Medeiros^[22], em que foi observado que dentre os agricultores de uma feira agroecológica, 28,6% afirmaram que também comercializam para atravessadores, demonstrando que a redução da distância do circuito de abastecimento não garante uma plena autonomia dos agricultores em outros espaços de venda dos produtos.

Porém, apesar de parecer improvável descartar a participação do atravessador na comercialização dos alimentos do produtor familiar, Modenese e Sant’ana^[23] observaram que o acesso às políticas públicas de compra de produtos pode minimizar essa presença. Os autores observaram que 72% dos agricultores familiares assentados em Mirandópolis (SP) indicaram a comercialização com intermediário ou atravessador no período anterior à execução dos projetos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, após a participação no programa reduziu-se em 38% a participação em outros mercados onde a presença desses atravessadores era essencial, garantindo com isso um direcionamento definido da oferta, uma renda mais justa e maior autonomia para os produtores.

Percebeu-se também que existe um autoconsumo de alimentos importante e que segundo

Gazolla^[24] esse fato é responsável pela geração da autonomia reprodutiva do agricultor familiar, diante do contexto social e econômico, principalmente, pelo princípio da alternatividade produtiva e que o autoconsumo contempla os elementos do cotidiano das famílias, que inclui a terra, a própria família, a alimentação e, principalmente, o saber-fazer dos agricultores.

É preciso salientar que, dentre esses aspectos da produção de alimentos, dois fatores colaboram para problematizar o caminho da agricultura familiar e da segurança alimentar e nutricional. O primeiro trata-se da utilização de sementes transgênicas e o outro da utilização de agrotóxicos, ambas as práticas observadas no estudo.

O uso dos agrotóxicos por produtores familiares é comum, como pode se observar no estudo de Luz, Siqueira, La-Rotta, Miliquin e Filho^[6] que também observaram um alto índice de utilização, expondo que 95,3% dos sujeitos estudados confirmaram o uso, somando 55 tipos comerciais diferentes. Além disso, os autores ressaltaram que a maioria dos entrevistados não recebia orientação adequada, comprava sem receituário e que, apesar de reconhecerem os riscos, não se protegiam e parte deles ainda descartavam inadequadamente as embalagens.

Além da possibilidade de uma forte relação entre sementes transgênicas e utilização de agrotóxicos, que impactam a SAN, a soberania alimentar e o DHAA, esses produtos ainda podem causar impactos diretos à saúde dos produtores familiares e fortalecerem o quadro de pobreza e desigualdade social. Segundo Abreu e Alonzo^[25] o agrotóxico é um produto inerente ao agronegócio e o controle dos riscos de intoxicação no contexto geral da agricultura familiar não pode ser feito através do paradigma do “uso seguro”. Desta forma, o incentivo e o suporte às áreas livres de agrotóxicos e a tecnologias de produção mais justas, independentes, eficientes e rentáveis, como forma de valorizar as características e a tradição da agricultura familiar, devem ser prioridades do Estado e da sociedade civil.

Os dados sobre acesso às políticas públicas se somam ao cenário socioeconômico problemático e aos determinantes existentes na produção de alimentos. O que se percebeu foi o reflexo de uma agenda de desmonte das políticas públicas, onde diversos

agricultores tiveram interrupção do fornecimento dos produtos aos PNAE e PAA, especialmente.

Destaca-se que, através dos relatados, foi possível perceber que muitos entrevistados remeteram as dificuldades da produção às características climáticas, trazendo a palavra “seca” em alguns momentos. Esse fato refletiu o retrocesso na implementação das próprias políticas de democratização do acesso à água e de incentivo à produção. Porém, aparentemente os entrevistados não relataram essa perspectiva e abordaram o acesso precário ao PNAE e PAA como algo decorrente da falta de chuva, que impossibilitou a produção dos alimentos.

Grisa e Schneider^[26] em um importante trabalho sobre as políticas de desenvolvimento rural no Brasil concluem que a emergência de políticas focalizadas na agricultura familiar contribui através da visibilidade para a categoria de produtores anteriormente marginalizados por políticas agrícolas generalistas ou unidimensionais, que promoviam principalmente as grandes empresas e propriedades. Ao mesmo tempo, reforça que a tendência de evolução regional mostra uma combinação diversa de instrumentos e ações produtivas, sociais focalizadas, setoriais ou transversais, explicitando a relevância das iniciativas locais que são fundamentais e podem potencializar o desenvolvimento regional.

Além dos motivos citados no decorrer do trabalho que podem determinar a falta de esclarecimento e acessos dos agricultores às políticas públicas, uma análise a partir da referência global/setorial utilizada por Grisa^[27] no seu estudo sobre mudanças nos últimos 20 anos de agricultura familiar pode nos despertar para compreender a implementação de programas e, especialmente, o enfraquecimento dessas políticas de fortalecimento aos produtores familiares.

Grisa^[27] enfatiza que a partir de 2016 se deu uma importante fase, onde a estrutura política, institucional e financeira do Estado orientada para a agricultura familiar foi reestruturada e minimizada, tendo como um marco importante a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDS) e suas funções sendo reorientadas a novos arranjos e assim as políticas públicas sofreram enfraquecimento, firmando um referencial global baseado no neoliberalismo e impactando o referencial setorial, alterando as relações

de poder entre os atores que disputavam a construção das políticas para a agricultura familiar e de desenvolvimento rural no Brasil, cedendo espaço para a emergência de novos mediadores.

Nesse contexto de vulnerabilidade social e de dificuldades de produção de alimentos e acesso às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, o que se observou foi o importante papel do PBF como política capaz de contribuir para a qualidade de vida dos sujeitos.

O Bolsa se configura como uma importante política de transferência de renda e de fortalecimento do direito humano à alimentação adequada, podendo contribuir para além do próprio acesso aos alimentos, como demonstra Palmeira, Salles-Costa e Pérez-Escamilla^[28] que evidenciaram que se o PBF não estivessem em vigor, na época do estudo, cerca de 10% das famílias que passaram da insegurança alimentar para segurança alimentar entre 2011 a 2013 teriam permanecido em IA. Além disso, observaram que essa superação da insegurança alimentar foi influenciada mais pelo programa de transferência de renda do que pelo aumento da renda familiar ao longo do tempo, construindo a hipótese que isso ocorre porque o PBF não apenas aumenta o orçamento da família, mas oferece acesso a outros benefícios como uma rede de apoio e proteção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do estudo não se basear em um cálculo estatístico para garantir uma representatividade da amostra, pode definir que o potencial do trabalho se revela a partir da análise dos determinantes essenciais para compreensão das condições de vida e de produção de alimentos dos agricultores familiares pesquisados, reforçando que esses sujeitos estão inseridos em um espaço que associa diversos aspectos que vão desde o territorial até o global, gerando desafios que necessitam não só de uma responsabilidade individual, mas acima de tudo de uma agenda de desenvolvimento rural sustentável e de condições mais dignas de viver.

Ao mesmo tempo, esta obra anuncia a importância de investigações locais que gerem diagnósticos, problematizem e evidenciem os territórios ainda pouco destacados no meio acadêmico e desvalorizados no cenário político. Com isso, demonstrando a amplitude da vida desses agricultores

familiares e a necessidade da interdisciplinaridade na formação dos profissionais e intersetorialidade das ações como ferramentas fundamentais para compreensão de suas vidas, da atuação na sociedade e da mudança desses contextos.

REFERÊNCIAS

- [1] Savassi LCM, Almeida MM, Floss M, Lima MC. Saúde no caminho da roça. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 2018.
- [2] Pinto CVS, Rocha BN, Pirani NC. Indicadores sociais e desenvolvimento rural: um estudo sobre o índice de desenvolvimento humano municipal no Brasil. IPEA; 2018.
- [3] Barata RB. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2009.
- [4] Dimenstein M, Leite J, Macedo JP, Dantas C. Condições de vida e saúde mental em contextos rurais. *Serviço Social e Saúde*. 2017;16(1):151-158.
- [5] Santana AL, Santana D. Novos agricultores familiares da microrregião geográfica de Jales – SP: formas de acesso à terra e mudanças nas condições de vida. *Revista de Ciências Agronômicas*. 2020;29(2):183-203.
- [6] Toigo CH, Conterato MA. Pobreza, vulnerabilidade e desenvolvimento no território rural zona sul: o que aponta o índice de condição de vida? *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 2017;55(2):267-284.
- [7] Altieri MA. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista Nera*. 2010;13(16):22-32.
- [8] Barbosa EDO, Mariano EF, Chaves MF. Aspectos etnozoológicos da avifauna do município de Jaçanã, Rio Grande do Norte e possíveis fatores de ameaça na região. *Revista Nordestina de Biologia*. 2014;8(1):89-110.
- [9] Gheyi HR, Paz VDS, Medeiros SDS, Galvão CDO. Recursos hídricos em regiões semiáridas: estudos e aplicações. Campina Grande: INSA; 2012.
- [10] Cassimiro CAL, Filho FSO, Júnior EBP, Feitosa SS, Siqueira EC. Convivência com o semiárido: interação social, ambiental e tecnológica com a Caatinga. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*. 2020;13(1):28-40.
- [11] Goodman LA. Snowball sampling. *The annals of mathematical statistics*. 1961;148-170.
- [12] Bardin L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa Portugal: Edições 70; 2011.
- [13] Pavan D, Junior SS. Sociodemografia dos Agricultores Familiares: Contribuições da Feira Livre para Sustentação do Sistema. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*. 2017;10(3):653-671.
- [14] Maia AH, Luz MCS, Silva FC, Souza ME, Zaratin APP, Silva TO *et al.* Jovens rurais estudantes da Escola Estadual Jaraguá, Água Boa (MT): projetos de vida, dilemas e sucessão familiar. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*. 2019;12(2):97-117.
- [15] Silva RMA, Aquino JR, Costa FB, Nunes EM. Características produtivas e socioambientais da agricultura familiar no Semiárido brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. 2020;55:314-338.
- [16] Luz VG, Siqueira CEG, La-Rotta EIG, Miquilim IDOC, Filho HRC. (In)Segurança alimentar e nutricional, autopercepção da saúde e uso de agrotóxicos: o caso dos agricultores familiares de Ibiúna, São Paulo. *Segur. Aliment. Nutr.* 2015;22(2):729-741.
- [17] Nespoli A, Cochev JS, Júnior SS, Neves SMAS. Produção de hortaliças pela agricultura familiar de Alta Floresta, Amazônia Matogrossense. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*. 2015;10(21).
- [18] Nunes EM, Silva PSG, Silva MRF, Sá VC. O Índice de Condições de Vida (ICV) em Territórios Rurais do Nordeste: evidências para os territórios Açu-Mos-soró e Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 2020;58(1).
- [19] Cunha LH. Desigualdades nos padrões de acesso à água e limites da cidadania hídrica em comunidades rurais do semiárido. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. 2020;55:99-116.
- [20] Lima AAS. Agricultura familiar e o PNAE: Promoção da SAN na região do Trairi – RN [monografia]. Santa Cruz: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2016.
- [21] Souza JRM. A agricultura familiar e a problemática com o atravessador no município de Lagos Seca – PB: Sítios Oití, Santo Antônio, Alvinho e Floriano [monografia]. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba; 2014.
- [22] Medeiros MRG. Circuito curto de comercialização: a experiência da feira agroecológica do Município de Cuité/PB

[monografia] Cuité: Universidade Federal de Campina Grande; 2019.

[23] Modenese VS, Sant'Ana AL. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 2019;57(4):636-655.

[24] Gazolla M. Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS [dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2004.

[25] Abreu PHB, Alonzo HGA. O agricultor familiar e o uso (in)seguro de agrotóxicos no município de Lavras/MG. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. 2016;41.

[26] Grisa C, Schneider S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2015.

[27] Grisa C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. 2018;38(1):36-50.

[28] Palmeira PA, Salles-Costa R, Pérez-Escamilla R. Effects of family income and conditional cash transfers on household food insecurity: evidence from a longitudinal study in Northeast Brazil. *Public Health Nutrition*. 2020;23(4):756-767.